

## EDITORIAL

### A RENOVAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA: NOVOS AGENTES EM AMBIENTE GLOBALIZADO

A idéia de um evento institucional periódico que reunisse estudantes e profissionais das áreas do Direito e das Ciências Humanas tanto do Canadá quanto do Brasil surgiu a partir do interesse das Faculdades de Direito da Universidade Laval e da Universidade Federal de Minas Gerais em promoverem uma rede de cooperação científica envolvendo seu programas de pós-graduação, seus grupos de pesquisa, seus docentes. O primeiro passo foi a obtenção da aprovação de projeto da UFMG, pelo governo canadense, elaborado através do edital “*Canadian Leadership*”.

A primeira edição, que ora se realiza, debruça-se sobre a questão das relações entre a ação pública, o setor produtivo, a sociedade civil e suas interações nacionais e globais. Isso porque uma das características da globalização, que se manifesta tanto no plano jurídico interno quanto internacional, é a transformação dos meios e fins da ação pública. Nesse cenário mundial, indiscutível que as ações das autoridades públicas de cada país passam por uma fase de renovação. Cumpre aos juristas refletir sobre essa evolução, intervindo para minimizar a insegurança daí advinda.

Os temas a serem debatidos em todas as sessões aqui representadas pelas comunicações que integram os presentes Anais podem ser sintetizadas nos seguintes eixos:

- Novas formas de relação entre a Administração Pública, o setor produtivo diante dos desafios na utilização de instrumentos que favoreçam a concertação entre diversos atores sociais.
- Uso de instrumentos econômicos para regulação.
- A recepção de modelos jurídicos internacionais pelo direito nacional (brasileiro).

- A concepção e circulação de modelos jurídicos que afetem a efetividade de direitos humanos em tempos globalizados.
- O uso de instrumentos de mediação para resolução de controvérsias.
- A avaliação do impacto da legislação e suas consequências sobre o desenvolvimento social.
- Efeitos da justiça internacional sobre sujeitos e empresas.

Uma vez que estão presentes preocupações teóricas e práticas acerca das novas modalidades de ações de interesse público – além de fomentar criação de projetos entre as instituições por meio da troca de experiências, do aprofundamento de estudos e do intercâmbio de pesquisadores e estudantes – as discussões também possuem grande potencial para inspirar mudanças administrativas, legislativas e regulamentares nos dois países.

Tais potenciais de mudança implicam também em uma perspectiva crítica sobre o ensino jurídico que temos e aquele que precisamos. O desafio nos deixa longe de uma zona de conforto: existem demandas diferentes nos dois contextos, ainda que haja similitudes advindas de uma herança de histórias das Américas, do “Novo Mundo”, há a circulação de modelos jurídicos e a inserção do Brasil no processo de mundialização.

Durante o período de publicação desse volume, ora disponibilizado à comunidade da Faculdade de Direito da UFMG e à Faculté de Droit – Univesité Laval, ambas instituições formalizaram um Acordo de Cooperação Internacional. Parte das possibilidades de interação acham-se disponibilizadas neste volume, editado com o apoio da Fundação Professor Valle Ferreira.

Dezembro de 2012,

PROF<sup>A</sup>. DR<sup>A</sup>. FABIANA DE MENEZES SOARES  
*Diretora-Editora*